

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA COMO POLÍTICA HABITACIONAL

O Papel do Estado



Política Habitacional do Estado de São Paulo

Plano Estadual de Habitação (PEH-SP 2011-2023):

Princípio

Prioridade no combate ao passivo ambiental-urbanístico-registral, com apoio direto aos municípios nos processos de regularização fundiária.

Desafios

- 1º. Provisão de novas moradias
- 2º. Recuperação e qualificação dos passivos urbano-ambiental-registral

Linhas Programáticas

1. Recuperação urbana de assentamentos precários
2. Provisão de moradias
3. Requalificação urbana e ambiental
4. Regularização fundiária
5. Assistência técnica e desenvolvimento institucional

Programa Estadual de Regularização **Cidade Legal**

Criação: Decreto Estadual 52.052/2007

Objetivos: implementar auxílio aos Municípios:

- orientação
- apoio técnico

Atuação: Comitê Estadual + Secretaria Executiva

Alteração: Decreto Estadual 56.909/2011

Atribuições dos Partícipes

Estado	Município
Assessoria, orientação e apoio técnico	Criar instrumentos legais e regulamentares
Mobilização e coordenação	Integrar atuação das Secretarias Municipais
Controle de prazos e comunicação	Fornecer informações e documentos
	Divulgar à população
	Elaborar Cadastro Social

Números da Irregularidade Fundiária no Estado

Municípios	Núcleos	Lotes	População	População Total (**)	% Irregularidade (*)
540	13.492	2.708.506	10.834.024	41.262.199	26

(*) Estimativa pelos índices do Programa Cidade Legal

Os números apresentados representam **uma parcela da irregularidade**, visto que:

1. dos 645 municípios do Estado, apenas 540 estão (ou foram) conveniados ao Programa Cidade Legal, incluindo a Capital. Ainda faltam 105 (16,5%) dos municípios a apresentarem suas demandas.
2. a experiência tem demonstrado que o número de núcleos irregulares no município é muito superior do rol indicado para regularização via Programa Cidade Legal, seja por desconhecimento, seja por opção.

(**) IBGE Censo 2010

Números Atuais do Programa Cidade Legal

Municípios Conveniados	Núcleos	Lotes	População
491	9.705	1.607.089	6.428.356

DCUA's Expedidas – 2009-2017			
Municípios	Núcleos	Lotes	População
336	1.479	194.769	779.076

Valores Investidos
R\$ 157.693.227

Cidade Legal no **Aglomerado Urbano de Jundiaí - AUJ**

Municípios	7
Municípios Conveniados	7
Núcleos Conveniados	120
Famílias	19.336
Pessoas	78.936

DCUAS	12
Famílias Beneficiadas	1.102
Pessoas Beneficiadas	4.408

Valores Investidos

R\$ 2.417.011

PROGRAMA DE
REGULARIZAÇÃO





Thiago Simão

- Coordenador Jurídico do Programa Cidade Legal - Secretaria de Estado da Habitação

tsimao@sp.gov.br

Setembro/2017